

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Daiana Vitola Garcia

**Orçamento Participativo em São Lourenço do Sul (RS): avaliação do
período de 2005-2011**

São Lourenço do Sul

2012

Daiana Vitola Garcia

Orçamento Participativo em São Lourenço do Sul (RS): avaliação do período de 2005-2011

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Bittencourt Meira

São Lourenço do Sul

2012

Daiana Vitola Garcia

Orçamento Participativo em São Lourenço do Sul (RS): avaliação do período de 2005-2011

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Aprovado em de junho de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.:

Prof.:

**Dedico este trabalho para meu esposo Cristian.
E toda minha família, amigos e colegas.**

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, primeiramente, a minha família pelas horas de apoio, aos colegas de curso pela amizade em especial ao colega Paulo, Dores e Álvaro, a todos do pólo de São Lourenço do Sul em especial aos tutores presenciais Sérgio e a Bia.

Também a todos os conselheiros do Orçamento Participativo (COP) de São Lourenço do Sul pela dedicação e colaboração, em especial ao Secretário de Gabinete Amilton Neutzling e ao oficial de Gabinete e secretário do conselho do OP Rodrigo Seefeldt, demais colegas da Prefeitura e ao Departamento de comunicação, ao colega João Knopp pela ajuda em todos os momentos.

A todos os professores em especial ao professor Fábio Bittencourt Meira pelas orientações neste trabalho e também a todos os tutores que neste percurso me auxiliaram e contribuíram para meu crescimento e em especial a tutora Greice de Rossi pela orientação e direção em todos os passos nesta trajetória.

Enfim obrigada.

“È melhor tentar e falhar, que preocupar-se e ver a vida passar, é melhor tentar, ainda que em vão, que sentar-se fazendo nada até o final. Eu prefiro na chuva caminhar, que em dias tristes em casa me esconder. Prefiro ser feliz, embora louco, que em conformidade viver....”

Martin Luther King.

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.”

José de Alencar

RESUMO

Orçamento Participativo (OP) é uma forma de participação popular na elaboração, definição e fiscalização dos atos do orçamento municipal. Ele apresenta, por objetivos, estabelecer parcerias entre a comunidade e a prefeitura municipal, informar a realidade financeira do município à população e também à execução do plano de investimentos e serviços, organizar a comunidade por regiões para poder definir investimentos e serviços prestados, estimular a discussão e a informação das políticas públicas realizadas ou a serem implantadas no município; e também estimular as organizações sociais municipais. São Lourenço do Sul aderiu à prática do OP em 2005, organizando-a em forma de assembleias regionais populares. Desde então, a comunidade pode escolher o que quer para sua região. O OP opera na forma de debate, cada cidadão expressa interesses e as necessidades de sua região. Esta pesquisa analisa o processo de evolução do OP no município de São Lourenço do Sul. Por meio de análise documental, avalia desde a decisão até a entrega à comunidade, identificando dificuldades e mapeando o processo decisório. A análise permite concluir que o OP contribuiu muito para o crescimento do município, trazendo à comunidade para perto da gestão municipal e contribuindo para o desenvolvimento de todas as regiões do município.

Palavras Chaves: Orçamento Participativo. Gestão Municipal. Desenvolvimento Urbano. Participação Popular.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Mapa das regiões do OP.....	25
Figura 02 - Processo decisório OP Participação Popular.....	39
Figura 03 - Acompanhamento das Obras.....	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Crescimento dos Municípios IBGE	19
Tabela 2 - Orçamento Municipal da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul.....	31
Tabela 3 - Obras votadas através do OP.....	33
Tabela 4 - Continuação das obras votadas através do OP.....	34
Tabela 5 - Demais Projetos e Obras.....	35
Tabela 6 - Média de investimentos por região do OP.....	36

LISTA DE ABREVIATURAS

OP – Orçamento Participativo;

COP – Conselho do Orçamento Participativo;

LOA – Lei Orçamentária Anual;

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias;

CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica - Rio Grande do Sul

Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A;

GAPLAN – Gabinete o Planejamento;

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação;

FPM – Fundo de Participação dos Municípios;

ASEMA - Ações Sócio Educativas do Meio Aberto;

PELC - Programa Esporte e Lazer Cultural;

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 OBJETIVOS	14
2.1 OBJETIVO GERAL.....	14
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
3 REFERENCIAL TEÓRICO	15
3.1 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.....	15
3.2 ORÇAMENTO PÚBLICO.....	16
3.3 O MUNICÍPIO E A DEMOCRACIA	17
3.4 DESENVOLVIMENTO URBANO.....	19
3.5 CONTROLE SOCIAL	21
3.6 PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	23
4 DESCRIÇÃO DO OP EM SÃO LOURENÇO DO SUL	25
5 OBRAS REALIZADAS ATRAVÉS DO OP DE 2005 A 2011	31
6 AVALIAÇÃO DO OP EM SÃO LOURENÇO DO SUL	38
6.1 PONTOS NEGATIVOS E PROBLEMAS ENCONTRADOS.....	41
6.2 PONTOS POSITIVOS DO OP	42
6.3 SUGESTÕES DE MELHORIAS PARA O OP	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS	48
ANEXOS	51
APÊNDICE	57

1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais uma gestão que seja democrática e participativa é de vital importância para a construção de uma sociedade mais igualitária e integrada com as necessidades da população, assim o Orçamento Participativo (OP) vem como uma prática destinada à integração e decisão de escolha da população.

Segundo o coordenador geral do GAPLAN (Gabinete de Planejamento Porto Alegre-RS):

Quem conhece e recomenda o OP tem, no mínimo, uma opinião em comum: com ele decisões sobre distribuição dos recursos públicos na cidade passam a ter mais eficácia, transparência e legitimidade, à medida que são baseadas na priorização popular e em critérios claros de carência e densidade populacional, conhecidos e aprovados por todos que participam do OP (PORTO ALEGRE, 2004, p.2).

Em São Lourenço do Sul esta prática é utilizada desde 2005, nas regiões do município, onde a administração municipal dá o suporte, assessoria e infraestrutura para a realização do OP, contudo é importante questionar como este processo vem atuando e contribuindo com as escolhas da população e com o crescimento do município, desde suas assembleias onde são definidos os temas e prioridades, a vistoria e acompanhamento das obras e projetos, até a entrega a comunidade.

Diante desse cenário este trabalho objetiva realizar uma análise *do Orçamento Participativo em São Lourenço do Sul desenvolvendo uma análise do processo, suas realizações, identificando seus problemas e dificuldades.*

Este estudo constitui uma análise, que se baseou em pesquisa documental e na aplicação de questionários para atingir aos objetivos propostos.

Os dados primários foram coletados através de um roteiro de entrevistas aplicados a conselheiros do Conselho do Orçamento Participativo (COP), sendo oito representantes da comunidade e três da administração municipal. Para os dados secundários, utilizou-se de Atas de reuniões do OP, revista de informações do município de São Lourenço do Sul e folhetos informativos, obtidos com a Administração municipal e com o COP.

Após a coleta, houve uma descrição do funcionamento do OP e da sua importância para a sociedade, como uma ferramenta de gestão pública, analisando o processo de escolha, acompanhamento das obras e sua entrega à comunidade.

Além deste capítulo introdutório, o presente estudo está dividido da seguinte forma:

O Referencial Teórico contendo dados bibliográficos referentes aos objetivos propostos, com os seguintes temas: O Orçamento Participativo contendo seu conceito e importância, Orçamento Público tendo uma breve descrição sobre o orçamento municipal, O Município e a Democracia identificando os autores que descrevem sobre a democracia e seu desenvolvimento, sobre o Desenvolvimento Urbano com índices do IBGE e a importância do crescimento por igual dos municípios, o Controle Social e a Participação Popular que são partes fundamentais da democracia e do desenvolvimento urbano, constituindo a prática do OP, pois através do controle da população e da sua participação nas escolhas do município a sociedade terá crescimento por igual e uma gestão transparente.

A descrição do OP no município de São Lourenço do Sul apresenta a divisão por regiões contendo a localização e suas temáticas, ainda uma descrição do funcionamento das assembleias e dos conselheiros do OP.

As obras realizadas através do OP são uma avaliação da quantidade e proporção destas entre 2005 - 2011, sendo explanadas as principais obras realizadas através da prática do OP.

Apresenta uma avaliação do OP contendo seus pontos negativos e positivos, descrevendo através da análise realizada e observando os principais problemas do OP no município. As sugestões de melhorias foram feitas com base no estudo e contexto do trabalho; sugerindo desta forma melhor desempenho no processo e facilitando a realização desta prática no município.

Este estudo disponibilizou uma avaliação e descrição do OP em São Lourenço do Sul trazendo um levantamento das realizações alcançadas e destacando a importância de uma gestão democrática e participativa para que a sociedade obtenha melhor desenvolvimento, de maneira integrada e consciente e conseqüentemente crescimento e bem estar social.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o processo de Gestão Democrática e Participativa através da prática Orçamento Participativo no município de São Lourenço do Sul, no período de 2005 a 2011,

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever o Orçamento Participativo no Município de São Lourenço do Sul;
- Apontar as obras realizadas pelo Orçamento Participativo;
- Identificar os pontos negativos e positivos;

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentados os aspectos teóricos que servirão como base para o desenvolvimento desta pesquisa. Sendo abordados os conceitos sobre: Orçamento Participativo, Orçamento Público, O Município e a Democracia, Desenvolvimento Urbano, Controle Social e a Participação Popular.

3.1 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O OP surgiu em 1989 em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, cidade que se tornou pioneira desta prática, transformando-a num processo de participação solidária reconhecido pela ONU como uma das 40 melhores práticas de democracia, como coloca Salles (2010).

O site do OP de Porto Alegre (2011) mostra que “O OP é um processo dinâmico que se adequa periodicamente às necessidades locais, buscando sempre um formato facilitador, ampliador e aprimorador do debate entre o Governo Municipal e a população”. Sendo uma prática importante, pois a “Lei de Responsabilidade Fiscal prevê a participação popular na elaboração do orçamento municipal” como cita Salles (2010, pg. 86). Somente alguns municípios do Brasil fazem a utilização desta prática, que já tem reconhecimento internacional. De acordo com o site do Portal da Transparência (2011) Orçamento Participativo significa:

O orçamento participativo é um importante instrumento de complementação da democracia representativa, pois permite que o cidadão debata e defina os destinos de uma cidade. Nele, a população decide as prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizados a cada ano, com os recursos do orçamento da prefeitura. Além disso, ele estimula o exercício da cidadania, o compromisso da população com o bem público e a co-responsabilização entre governo e sociedade sobre a gestão da cidade (PORTO ALEGRE, 2011).

O OP surgiu como uma prática de aproximação e debate trazendo a população para participar e vistoriar a gestão pública municipal, através de votação e escolha de um conselho. Segundo Tonollier (1999) “o orçamento participativo é o desdobramento da concepção de que o Estado tem que ser democratizado, de que o povo pode e deve participar das ações e decisões e de que as políticas públicas devem ser decididas pelos seus destinatários”.

O orçamento participativo é uma forma de governar mais transparente e decisória trazendo a comunidade para as decisões do município, assim como nos coloca Santos (2004, p. 16), “traduzindo-se numa forma de governo que visa à participação popular, e ao mesmo tempo possibilita uma maior transparência, acompanhamento e fiscalização do povo sobre as ações de seus governantes”.

Conforme documento elaborado pelo Conselho do Orçamento Participativo de São Lourenço do Sul.

O Orçamento Participativo, no decorrer dos anos, possibilitou o trabalho voluntário de cidadãos da cidade e do interior. Reuniram-se continuamente para reformular o regimento interno, se apropriar e apontar soluções para problemas de suas regiões, superando pensamentos e ideologias diferentes. Essa discussão coletiva vem ganhando espaço no mundo, pois as pessoas têm ânsia de participarem das decisões que afetam seu dia a dia (COP, 2010, p. 2).

Com este processo a gestão municipal atua de forma a solucionar os problemas da comunidade, busca recursos necessários para atingir a população e consegue igualdade social. A forma do debate permite a cada cidadão expressar seus sentimentos e definir as necessidades de sua região, fazendo com que sejam apontados os problemas. Desta maneira a administração municipal vai buscar soluções (COP, 2010). Em relação às demandas votadas, a administração municipal busca captar recursos para concretizar as demandas.

Assim o OP vem sendo uma prática utilizada pelos governantes para prestar contas de seus atos, para trazer a comunidade para as decisões do município, gerar igualdade social, para ter um debate com a coletividade e fazer uma gestão mais democrática, transparente e participativa.

3.2 ORÇAMENTO PÚBLICO

A palavra orçamento é originária do italiano e significa "fazer cálculos", na administração pública o orçamento é de vital importância, tanto para transparência na gestão como para previsão do total de receitas e despesas. Segundo a Lei 4320/64, art. 2º "a Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios da unidade, universalidade e anualidade" (Planalto Governo).

Abrantes (2010, p. 68) dispõe ainda que o Orçamento Público:

Confirmando esse caráter múltiplo das medidas da Administração Pública no processo orçamentário federal, a Secretaria de Orçamento Federal define orçamento público como uma lei que, entre outros aspectos, exprime em termos financeiros a alocação dos recursos públicos. Sendo assim, podemos afirmar que o orçamento público é um instrumento de planejamento que espelha as decisões políticas, estabelecendo as ações prioritárias para o atendimento das demandas da sociedade, em face à escassez de recursos.

Sendo uma ferramenta de planejamento que busca suprir as necessidades da sociedade, a Constituição Federal de 1988 estabelece as três leis de planejamento que compõe o orçamento: O Plano Plurianual de Investimento (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Abrantes (2010, p. 69) nos descreve sobre o orçamento municipal ao comentar que assim:

O orçamento municipal pode ser considerado como um instrumento de programação que o município dispõe, para, no limite da receita prevista, alocar os recursos nas diversas áreas em que atua, demonstrando as ações e prioridades a serem executadas naquele período. Podemos dispor que compete às unidades municipais a determinação dos prazos para a elaboração do PPA e da LDO.

Este conceito sobre orçamento público diz que o mesmo consiste em organizar e planejar as entradas e saídas de gastos, o ato de orçar e fazer um orçamento é de vital importância para realização de serviços como obras e na compra de materiais como medicamentos para os órgãos públicos, sendo uma forma de avaliar, calcular e estimar o valor que será gasto no serviço ou material.

3.3 O MUNICÍPIO E A DEMOCRACIA

De origem grega e significando “governo do povo” a palavra democracia já remete a um pensamento de liberdade de expressão, sobre decisão e escolha. De acordo com Salles (2010) a democracia já era utilizada pelos gregos em forma direta sendo que eles se reuniam nas praças para decidirem os problemas das cidades.

Em diversos sites de estudos e em alguns trabalhos como o de Beras (2008), a teoria do filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas nos mostra uma visão democrática constitucional, colocando a política como uma condição em que o homem já se encontra compreendido (facticidade) na sociedade, assim, procura-se a melhor forma de compreender esta facticidade tentando regular o direito do homem na política numa forma democrática.

Como destaca Beras (2008) os três modelos normativos de democracia propostos por Jürgen Habermas são o modelo Liberal, o modelo Republicano e o modelo Deliberativo.

Segundo Mocelin no site Fato Sociológico (2012), os autores Berger e Luckmann relatam a sociedade como uma realidade objetiva, pois conforme os autores “sociedade é uma produção humana e o homem é uma produção social”(Mocelin, *aput* Berger e Luckmann) assim os atores e a sociedade devem estar atuantes para que possa chegar à democracia, que começa com ensinamentos na infância.

Segundo Negri (1990, *aput* Bobbio, 1984): somente a democracia é um paradigma ideal, assim sendo vemos a importância para sociedade da democracia que surgiu aos poucos na história onde podemos citar as revoluções: Francesa, Americana e Inglesa como disseminadores da democracia.

Atualmente, países como Tunísia, Egito e Líbia são referência de lutas pela democracia; lamentavelmente, suas conquistas são obtidas através de revoltas populares contra seus ditadores; e agora vivem as incertezas de seu futuro.

No Brasil o direito do povo está assegurado na Constituição Federal de 1988, no artigo 1º, que diz “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Os municípios Brasileiros conseguiram mais autonomia através da Constituição Federal de 1988, como é possível observar artigo 18: “a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta constituição" (BRASIL, 1988).

Conforme comenta Salles (2010) para se ter democracia necessita-se de descentralização, sendo preciso a organização e a descentralização dos municípios para que haja autonomia financeira e administrativa para esta democracia.

3.4 DESENVOLVIMENTO URBANO

Desenvolvimento Urbano é um dos principais objetivos de uma gestão municipal para trazer crescimento e qualidade de vida ao município. Através da Gestão democrática e da participação popular é possível obter-se um desenvolvimento uniforme no município.

No Brasil, a história do processo de urbanização começou em 1537 com as construções de vilas feitas pelos portugueses e se acelerou em 1960 com a era da industrialização no país, onde muitas pessoas migraram da zona rural para a zona urbana formando grandes aglomerados e cidades bastante populosas, gerando um grande crescimento.

O site do IBGE (2010) mostra, com o censo de 2010, que a população Brasileira já chegou a 190.732.694 pessoas. Na Tabela 01 apresenta-se o crescimento populacional do ano de 2000 para 2010.

Tabela 01: Crescimento dos municípios

Brasil classes de tamanho da população	Número de Municípios e População nos Censos Demográficos	
	01.08.2000	01.08.2010
Número de Municípios		
Total	5.507	5.585
Até 10 000	2.637	2.515
De 10 001 a 50 000	2.345	2.443
De 50 001 a 100 000	301	324
De 100 001 a 500 000	193	245
De 500 001 a 1 000 000	18	23
De 1 000 001 a 2 000 000	7	9
De 2 000 001 a 5 000 000	4	4
De 5 000 001 a 10 000 000	1	1
Mais de 10 000 000	1	1
População dos Municípios		
Total	169.799.170	190.732.694
Até 10 000	13.833.892	12.939.483
De 10 001 a 50 000	48.436.112	51.123.648
De 50 001 a 100 000	20.928.128	22.263.598
De 100 001 a 500 000	39.628.005	48.567.489
De 500 001 a 1 000 000	12.583.713	15.703.132
De 1 000 001 a 2 000 000	9.222.983	12.505.516
De 2 000 001 a 5 000 000	8.874.181	10.062.422
De 5 000 001 a 10 000 000	5.857.904	6.323.037
Mais de 10 000 000	10.434.252	11.244.369

Fonte: IBGE Censo Demográfico 2000 a 2010

Através destes índices pode-se observar que o crescimento é desproporcional em muitas cidades, com regiões crescendo mais que outras. Sendo assim, faz-se necessário crescimento mais homogêneo, uma gestão que pense no desenvolvimento urbano para toda a população, não meramente para poucos.

No site do IBGE (2010) o censo de 2010 mostra ainda que naquele ano, apenas 15,65% da população (29.852.986 pessoas) viviam em situação rural, contra 84,35% em situação urbana (160.879.708 pessoas). Entre os municípios, 67 tinham 100% de sua população vivendo em situação urbana e 775 com mais de 90% nesta situação. Por outro lado, apenas nove tinham mais de 90% de sua população vivendo em situação rural.

Em 2000, da total da população brasileira 81,25% (137.953.959 pessoas) viviam em situação urbana e 18,75% (31.845.211 pessoas) em situação rural. Entre os municípios, 56 tinham 100% de sua população vivendo em situação urbana e 523 com mais de 90% nessa situação. Por outro lado, 38 tinham mais de 90% vivendo em situação rural

Estes dados coletados pelo censo apontam para uma visão da grande quantidade de pessoas vivendo nas áreas urbanas e da necessidade de uma gestão coerente, democrática e eficiente para que estas zonas não se transformem em áreas de desigualdade e adversidade para toda a população. Pela falta de uma gestão organizada e eficaz, Pinheira (2010, p. 20) cita que:

A desigualdade, que divide os municípios entre ricos e pobres, se revela existência ou não de sedes de empresas, de agências bancárias, de domínio de internet, de aeroportos, de cinemas e teatros, e, mais ainda, nas oportunidades de emprego e estudo que oferecem aos seus moradores, na oferta de serviços de saúde, de justiça, de segurança, etc.

Através destes dados podemos ver o grande problema enfrentado pelos governantes para administrar as cidades e fazer com que cada região se desenvolva, ainda há o problema de que os municípios têm a divisão dos repasses vindos da união, como alguns exemplos: Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Assim cada município recebe uma fatia dos valores arrecadados pela união e administra estes recursos.

Segundo Abrantes (2010, p. 119) as:

Despesas públicas que constituem o conjunto de gastos que o Estado é obrigado a fazer para desempenhar funções básicas a ele atribuídas que atendam aos interesses da comunidade, tanto na manutenção de serviços que beneficiem diretamente a população quanto na implantação da infraestrutura do desenvolvimento socioeconômico e, também, para saldar os compromissos da dívida pública.

O desenvolvimento local é um processo de um território em busca da qualidade de vida, a gestão pública municipal deve não somente suprir as funções básicas, e sim, planejar e estimular o crescimento por igual e assim trazer qualidade de vida e crescimento econômico e social.

3.5 CONTROLE SOCIAL

A participação popular está intimamente ligada ao controle social, através deste controle a sociedade participa e ajuda a administração pública regulando assim seus gastos e investimentos e a correta utilização dos recursos. Sobre controle social o Portal da Transparência do Governo Federal (2011, p.01) comenta: "é de fundamental importância que cada cidadão assuma essa tarefa de participar de gestão pública e de exercer o controle social do gasto do dinheiro público".

A Controladoria-Geral da União (CGU) é um dos órgãos de controle da correta aplicação dos recursos federais repassados a estados, municípios e Distrito Federal. No entanto, devido às dimensões do Estado Brasileiro e do grande número de municípios que possui (5.560), a CGU conta com participação dos cidadãos para que o controle dos recursos seja feito de maneira ainda mais eficaz.

A lei de responsabilidade fiscal (Lei Complementar 101, 2000) no art. 48 fala sobre a transparência e o incentivo à participação popular, cabendo a população vistoriar e controlar os recursos e cobrar transparência:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

A União conta com uma poderosa ferramenta de controle social, os Conselhos Municipais, cuja função é vistoriar a aplicação dos recursos em cada área destinada, incentivando assim a democracia. O site do portal da transparência do governo federal (2011) aborda este tema colocando os conselhos como o principal canal de participação popular encontrado nas três esferas de governo: federal, estadual e principalmente municipal, fazendo com que o Estado e a sociedade trabalhem em prol da comunidade e com a função de formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Salles (2010, p. 45) define os conselhos:

No caso dos conselhos gestores de políticas públicas, também chamados de setoriais, a instituição da gestão local de fundos federais foi um fator fundamental para sua implementação, pois foram considerados obrigatórios para o repasse de recursos federais para Estados e municípios e peças centrais no processo de descentralização e democratização das políticas sociais.

A estrutura de um conselho consiste em que para cada conselheiro do Estado deve haver um conselheiro da sociedade, assim igualando os dois lados, havendo sete representantes do Estado haverá sete representantes da sociedade civil. Ainda sobre conselhos Salles (2010, p. 47) argumenta que "a representatividade dos conselhos é uma garantia de que as decisões por eles tomadas serão legitimadas e, no sentido inverso, a legitimidade reassegurar a representatividade, em um processo de retroalimentação." Assim, faz-se necessário um número uniforme de representantes para dar legitimidade e coerência as decisões sobre a destinação dos recursos vindos para os municípios.

A importância dos conselhos não é somente para os recursos vindos da União ao qual sua existência é obrigatória para a gestão destes recursos, mas para todas as áreas da sociedade em que é necessária, a atuação da população. Muitos conselhos não funcionam pela falta de interação e conhecimento da sociedade. Conforme Salles (2010, p.55) "na verdade, se os conselhos forem apenas consultivos, eles têm pouco poder efetivo; o poder deliberativo representa de fato a radicalização da partilha do poder", os conselhos são importantes para trazer a comunidade para as decisões do município.

O Controle Social é um tema amplo e atual, necessário para uma boa administração pública e de vital importância para toda a sociedade. Conscientização é a palavra chave para se obter uma gestão democrática e transparente, com uma população atuante e determinada a controlar, exigir seus direitos e vistoriar.

3.6 PARTICIPAÇÃO POPULAR

Participação Popular é mais que votar, escolher os governantes e poder ser representados na câmara. A participação popular é poder ajudar a escolher o melhor para seu bairro e para sua comunidade, sendo de vital importância para uma verdadeira democracia.

No planejamento do município a importância da participação popular mostra como é possível participar, discutir e interagir com a administração municipal. A participação popular torna-se mais evidente e ganha expressão quando um grupo de pessoas fundam organizações, associações, ONGs (Organizações não-governamentais,) e se mobilizarão em busca de um bem comum, Segundo Peruzzo (2004 p. 5).

Há uma prontidão na sociedade civil para contribuir para a ampliação dos direitos e deveres de cidadania, refletida no crescente número de, associações e movimentos organizativos de toda espécie; no trabalho voluntário; na continuidade do trabalho social de igrejas.

Estes movimentos ganham força de participação com a educação e os meios de comunicação. As pessoas descobrem que podem e têm direitos de participar das escolhas de sua comunidade e definir o que é melhor para o meio em que vivem, e como os recursos, advindos de impostos e taxas, podem ser aplicados da melhor forma.

Mas, ainda há uma realidade muito distante de uma sociedade totalmente participativa, pois existem muitas pessoas que não participam e sequer entendem a necessidade desta prática, como nos coloca Salles (2010, p.81):

Quando a população participa dos processos de decisão, de planejamento, forma-se uma massa crítica a respeito dos temas, acumulam-se conhecimento e reflexão que geram interesse. E, se a participação é efetiva e não apenas encenação, os movimentos populares se reconhecem nas medidas tomadas e colaboram para seu sucesso. É nesse sentido que a participação pode significar ganhos de eficiência, além da ampliação da Democracia.

Sendo necessário um processo legítimo, organizado e de forma que a comunidade participe e sinta a importância deste processo para toda a sociedade, Salles (2010, p. 82) argumenta que

A reunião de representantes do governo e da sociedade civil em um espaço legítimo de discussão (Conselhos Gestores, Orçamento Participativo, Fóruns específicos, etc.) tem por finalidade dar maior transparência à gestão, além de promover um aprendizado democrático entre as partes, que se traduz em benefícios para ambos.

Este processo da comunidade estar próxima das decisões da administração pública necessita ainda de um grande crescimento e empenho da comunidade, em conscientização e educação para toda a sociedade motivar-se a colaborar com as decisões e crescimento de seu território, melhorando sua qualidade de vida e tornando o processo mais democrático e transparente.

4 DESCRIÇÃO DO OP EM SÃO LOURENÇO DO SUL

O município de São Lourenço do Sul localiza-se no sul do estado do Rio Grande do Sul, com uma população total de 43.111,00 (IBGE, 2007), e uma extensão de área de 2.036 km². A prática do Orçamento Participativo (Anexo A), iniciou no município de São Lourenço do Sul em 05 de maio de 2005 através do Decreto Municipal n° 2647, como uma forma de tornar a administração municipal mais democrática e transparente. O OP, foi implantado em formas de assembleias dividindo a comunidade em regiões, sendo 06 regiões na cidade e 04 regiões no interior, estas assembleias são realizadas uma vez por ano.

Figura 01: Mapa de regiões do OP



Fonte: Departamento de comunicação da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul (2010, p. 1).

Estas regiões foram divididas pela administração municipal pela proximidade, permitindo fácil acesso para a população de cada região. Segundo o Folheto Explicativo do OP (2010 p. 3), as regiões e as temáticas estão organizadas da seguinte forma:

- **Região I:** corresponde a três microrregiões são as localidades: Lomba, Medianeira e Passo dos Baios;
- **Região II:** corresponde a três microrregiões são as localidades: Barra, Navegantes e Balneário;
- **Região III:** corresponde a microrregião a localidade: Sete de Setembro;
- **Região IV:** corresponde a sete microrregiões as localidades: Fiorame, N. Esperança, Kraft, Camponesa, Santa Terezinha e RS 265 até o trevo da Br 116, Nova Camponesa;
- **Região V:** corresponde a duas microrregiões os distritos: Primeiro-Boqueirão e o Sexto - Boa Vista;
- **Região VI:** corresponde a duas microrregiões os distritos: Quarto - Harmonia e o Segundo - Taquaral;
- **Região VII:** que correspondem a duas microrregiões os distritos: Terceiro – Santa Tereza e o Sétimo – Faxinal;
- **Região VIII:** corresponde a duas microrregiões as localidades: Prado Novo (Quinto Distrito) e Distrito Sede;
- **Região IX:** corresponde a duas microrregiões as localidades: Centro e Avenida.
- **Região X:** corresponde a duas microrregiões as localidades: Barrinha e Valão

Os Folhetos Explicativos de circulação anual e o Regimento Interno do OP oferecem a lista de temáticas com os 42 itens de investimento para o município de São Lourenço do Sul.

Temática: Educação

- 1- Construção de escolas infantis, ampliação e reforma de escolas;
- 2- Programas educacionais, qualificação do material didático e equipamentos;
- 3- Implantação de ensino superior, implantação do ensino fundamental para jovens e adultos no município (EJA);
- 4- Programa de informática para todos e outros;

Temática: Cultura

- 5- Biblioteca, Espaços Culturais, Programas Culturais como Musicarte, Memória, Projeto Conhecer, Ponto de Cultura, Inclusão Digital e outros;

Temática: Esporte

- 6 - Reforma de Centros Poliesportivos em parceria com a comunidade,
- 7 - Construção de canchas esportivas nos bairros, construção de pista de skate;
- 8 - Programas de esporte Lazer e outros;

Temática Saúde:

- 9 - Ampliação e reforma de Unidades de Saúde;
- 10 - Ampliação de Programas básicos de saúde como Saúde Materna, Infantil, Doenças Crônicas, Idoso;
- 11 - Ampliação do atendimento especializado no município;
- 12 - Aquisição de veículos para as ações de saúde;
- 13 - Ampliação do Programa Saúde da Família (PSF) e outros;

Temática Assistência Social:

- 14 - Ampliação, construção e reforma de unidades assistenciais (Assemas e casa da Criança);
- 15 - Projetos e Programas Sociais como Fome Zero;
- 16 - Capacitação para a Cidadania e Geração de renda;
- 17 - Programa de Atenção ao Idoso, Criança e adolescente, e outros;

Temática: Habitação

- 18 - Acesso a programas habitacionais, regularização fundiária

Temática: Infraestrutura Urbana

- 19 - Pavimentação em parceria com a comunidade;
- 20 - Drenagem urbana e saneamento;
- 21 - Iluminação pública (Reluz);
- 22 - Sinalização de trânsito e sinalização de ruas;
- 23 - Manutenção e abertura de vias públicas;
- 24 - Construção de abrigos de ônibus;
- 25 - Ciclovias e outros;

Temática: Infraestrutura Rural

- 26 - Implantação de unidades administrativas;
- 27 - Implantação de redes de abastecimento de água em parceria com a comunidade;

- 28 - Construção de pontes;
- 29 - Aquisição de máquinas e de equipamentos para manutenção das estradas e serviços de patrulha agrícola;
- 30 - Programa de eletrificação rural;
- 31 - Construção de abrigos de ônibus;
- 32 - Patrulha agrícola, programa de geração de renda (bacia leiteira, piscicultura, florestamento, produção ecológica, agroindústrias familiares, programa de apoio à comercialização);
- 33 - Sinalização de trânsito e das localidades;

Temática: Desenvolvimento Econômico

- 34 - Programa de economia Solidária (geração de emprego e renda, feiras livres, frentes de trabalho, microcrédito, redes de troca, centro público);
- 35 - Programa de Promoção Comercial e Industrial (atração de investimentos, qualificação profissional, apoio aos arranjos produtivos prioritários, produção de folheteria e divulgação do município);
- 36 - Programa de promoção ao Turismo (sensibilização turística, organização de eventos, roteiros turístico urbano e rural);
- 37 - Participação em feiras e construção do plano municipal de turismo;

Temática: Gestão Ambiental

- 38 - Programa de arborização;
- 39 - Programa de coleta seletiva, saneamento, colocação de lixeiras educativas para pedestres;
- 40 - Programa de recuperação de áreas verde e de lazer como praças; 41 - Agenda 21 e educação ambiental;
- 42 - Qualificação do horto municipal e outros;

Os temas para votação são decididos conforme as áreas que apresentam maior necessidade. Através do voto a população, esta passa a ser parceira da administração e inicia-se um processo de escolha das ações prioritárias, conforme as necessidades de cada local.

O OP completou sete anos de existência em São Lourenço do Sul em 2011 e sua colaboração é de vital importância para toda a comunidade. O OP vem mostrando resultados visíveis em obras, ampliações e reformas desde seu início.

Nas assembleias são escolhidos os temas e votados através de cédulas em branco (conforme Anexo B). Cada temática é representada por um número e a população daquela região escolhe o tema que integrará o orçamento do próximo ano.

A cada dois anos são eleitos nas assembleias, os conselheiros do Conselho do Orçamento Participativo (COP). O COP funciona com voluntários que ajudam a administração e vistoriam a implantação das escolhas orçamentárias de cada ano, auxiliam a realização de assembleias anuais em todas as regiões, e são responsáveis por fiscalizar e cobrar da administração o que foi decidido pela população.

A escolha dos Conselheiros do OP é muito importante, porque “não basta a participação no momento da montagem do orçamento é fundamental o acompanhamento da execução do orçamento” (SALLES, 2010, p. 83). Os conselheiros são responsáveis por vistoriar e cobrar, mas a população deve vistoriar e acompanhar cada obra e cada ato da administração.

São dois conselheiros escolhidos por região, um titular e um suplente, com a incumbência de vistoriar como a administração irá implantar as escolhas de suas regiões, realizando reuniões mensais para verificar com a administração cada passo dado, para que suas escolhas e projetos sejam alcançados.

O Orçamento Participativo (OP) foi criado para auxiliar e integrar a população no equacionamento do orçamento, através do debate, formando comunidades mais unidas e empenhadas em escolher o que é melhor para seu município e sua região. “O OP é de vital importância para o nosso município como ferramenta de participação popular e participação nas escolhas do município e no orçamento municipal” afirma o Secretário de Gabinete de São Lourenço do Sul (Reunião COP, 2011).

Através do OP, a população fica mais informada, pois é apresentada a prestação de contas do ano anterior, como também é feita a escolha das temáticas e temas estratégicos regionais que irão integrar o orçamento do ano seguinte, contribuindo para o crescimento e melhor investimento em cada região.

No município de São Lourenço do Sul, a gestão democrática e participativa rompe com a prática de poucos definirem o que é bom para muitos. Através de um movimento coletivo, qualifica o debate com a sociedade, aponta soluções para problemas de suas regiões, consegue superar diferenças ideológicas atingindo resultado que é fruto do esforço da população juntamente com a administração municipal.

A Gestão Democrática e Participativa pode ser uma forma de governar incluindo a sociedade nas escolhas e decisões. Assim sua importância é constituída na Lei Orgânica do Município (1990, p. 34) artº 128 que fala sobre a ordem social no parágrafo 1º "Será estimulada e valorizada a participação da comunidade na integração e controle da execução das ações mencionadas neste artigo, através de suas organizações representativas".

Neste contexto o OP teve grande participação em obras e projetos realizados através da escolha da população no decorrer dos anos de 2005 a 2011, com o OP a administração municipal faz a prestação de contas anual para toda a população e esta ajuda a decidir o que será contemplado no orçamento, dando oportunidade para a população participar, votar escolhendo temas de implantação de projetos e também a escolha dos conselheiros.

5 OBRAS REALIZADAS ATRAVÉS DO OP DE 2005 A 2011

Nestes sete anos de existência, completados em 2011, o OP teve grande participação no desenvolvimento do município e no orçamento municipal. Este apresentou crescimento expressivo de 2004 para 2011 tendo ainda previsão de R\$ 100.257.200,00 para 2012, com um percentual de crescimento de 259,88%, como nos mostra as tabelas abaixo com dados obtidos da Secretaria da Fazenda da Prefeitura de São Lourenço do Sul na assembleia de apresentação do orçamento municipal para os conselheiros do COP:

Tabela 02 - Orçamento Municipal da Prefeitura de São Lourenço do Sul

	Reserva de contingência Prefeitura		Reserva de Contingência FAPS		Total	Total Geral
2004	R\$	265.800,00	R\$	1.101.400,00	R\$ 1.367.200,00	R\$ 26.583.650,00
2005	R\$	1.745.300,00	R\$	268.400,00	R\$ 2.013.700,00	R\$ 28.776.841,00
2006	R\$	2.033.500,00	R\$	1.377.000,00	R\$ 3.410.500,00	R\$ 40.286.198,00
2007	R\$	453.835,00	R\$	2.524.230,00	R\$ 2.978.065,00	R\$ 45.383.403,37
2008	R\$	491.715,00	R\$	2.837.405,00	R\$ 3.329.120,00	R\$ 49.171.511,00
2009	R\$	613.638,00	R\$	2.491.200,00	R\$ 3.104.838,00	R\$ 61.363.740,00
2010	R\$	784.600,00	R\$	2.553.500,00	R\$ 3.338.100,00	R\$ 73.309.220,00
2011	R\$	810.000,00	R\$	2.849.900,00	R\$ 3.659.900,00	R\$ 80.917.729,00
2012	R\$	1.149.132,00	R\$	3.389.500,00	R\$ 4.538.632,00	R\$ 100.257.200,00

Fonte: Adaptado de dados Obtidos na Secretaria da Fazenda Prefeitura Municipal.

Em São Lourenço do Sul a realização do OP vem trazendo para a comunidade diversas melhorias como construções, ampliações, manutenções, reformas e melhorias, aquisição de maquinários para infraestrutura.

Algumas obras e reformas votadas em 2005 e 2006 tiveram sua conclusão nos anos seguintes, mas ainda há obras que estão em andamento, pois necessitam de recursos vindos dos Governos Federal e Estadual. Muitas delas foram realizadas com recursos próprios da prefeitura, como exemplo:

- Construção da Escola infantil Nova Esperança;
- Ampliação das escolas Germano Hubner e Rodolfo Kruger;
- Recuperação de Estradas;

Outras obras obtiveram êxito com apoio de projetos realizados juntamente com a Prefeitura e com Ministérios e parcerias, temos como exemplos:

- Ampliação do Posto de Saúde Central - Prefeitura e Governo Federal (Ministério da Saúde);
- Pavimentação de 17 quadras nas avenidas Sony Soares Correa, Júlio de Castilho e Isolina Passos – Prefeitura e Governo Federal (Ministério das Cidades e financiamento da Caixa RS – PIMES);
- Reluz (Iluminação Pública) – Prefeitura e CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica - Rio Grande do Sul juntamente com a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A

Exemplo de obra votada em uma das regiões, que beneficiou o município como um todo foi a proposta realizada pela REGIÃO III, o Reluz (Iluminação Pública), onde a Administração Municipal juntamente com a CEEE e a Eletrobrás conseguiram trocar a rede de postes de iluminação por novos, melhorando a qualidade de vida da população.

Tabela 03 - Obras votadas através do OP.

ANO DE VOTAÇÃO NO OP	REGIÃO VOTADA	PRINCIPAIS OBRAS, AQUISIÇÕES E REFORMAS REALIZADAS	VALOR TOTAL ORÇADO
2005	REGIÃO I	Ampliação do Posto de Saúde Central	R\$ 131.000,00
2005	REGIÃO I	Ampliação da Escola Infantil Mundo Mágico	R\$ 101.770,00
2005	REGIÃO I	Pavimentação Julio de Castilho	R\$ 138.376,57
2006	REGIÃO II	Ampliação e reforma Armando das Neves	R\$ 117.890,00
2005	REGIÃO II	Pavimentação Izolina Passos	R\$ 697.559,27
2005-2006	REGIÃO II	Construção do Posto de Saúde Navegantes	R\$ 200.000,00
2007	REGIÃO II	Pro - infância Educação Infantil Navegantes	R\$ 1.225.514,05
2006	REGIÃO III	Reluz (Iluminação Pública)	R\$ 833.000,00
2005	REGIÃO III	Drenagem Bairro Sete de Setembro	R\$ 100.000,00
2006	REGIÃO III	Programa Esporte e Lazer	R\$ 52.960,00
2005	REGIÃO IV	Ampliação do posto de Saúde Santa Terezinha	R\$ 200.000,00
2005	REGIÃO IV	Construção de Blocos	R\$ 139.394,00
2006	REGIÃO IV	Escola infantil Nova Esperança	R\$ 417.000,00
2006	REGIÃO IV	Asema RS-265	R\$ 131.000,00
2005	REGIÃO V	Construção do Posto de saúde Boqueirão	R\$ 185.000,00
2006	REGIÃO V	Infra estrutura Usina do Leite	R\$ 150.000,00
2006	REGIÃO V	Construção e cobertura de quadra Poliesportiva São João da Reserva	R\$ 184.807,89
2006	REGIÃO V	Apoio a Construção de Ginásio de esportes no interior do município - Boqueirão e Boa vista.	R\$ 50.000,00

Fonte: Adaptado da revista Viva São Lourenço e de dados obtidos com a Secretaria de Gabinete (2011)

Tabela 04 – Continuação de obras votadas através do OP.

ANO DE VOTAÇÃO NO OP	REGIÃO VOTADA	PRINCIPAIS OBRAS, AQUISIÇÕES E REFORMAS REALIZADAS	VALOR TOTAL ORÇADO
2005	REGIÃO V, VI, VII, VIII	Recuperação de Estradas e Aquisição de Maquinários, por região: R\$ 971.250,00	R\$ 3.885.000,00
2006	REGIÃO VI	Ampliação da escola Francisco Fromming	R\$ 89.000,00
2005	REGIÃO VI	Posto de Saúde Harmonia	R\$ 108.000,00
2005	REGIÃO VII	Ampliação das escolas: Germano Hubner e Rodolfo Kruger mais material didático e equipamentos.	R\$ 264.000,00
2007	REGIÃO VII	Construção de Quadra Poliesportiva - Santa Teresa	R\$ 113.253,44
2006	REGIÃO VIII	Reforma e ampliação da Escola Sady Hammes	R\$ 100.000,00
2007-2008	REGIÃO VIII	Reforma e ampliação do Posto de Saúde Coqueiro	R\$ 100.000,00
2009	REGIÃO V, VI, VII, VIII	Aquisição de maquinário para recuperação de estradas	R\$ 440.000,00
2006	REGIÃO IX	Revitalização da Praça Central Construção da pista de Skate	R\$ 106.223,79
2008	REGIÃO IX	Investimentos UBS Central	R\$ 105.000,00
2007	REGIÃO IX	Calçadão Centro – infra-estrutura urbana	R\$ 202.000,00
2008-2009	REGIÃO X	Posto de Saúde Barrinha	R\$ 204.000,00
2005	COP	Asfaltamento da Avenida - Lote 01 e 02	R\$ 1.008.792,00
Total de Investimentos 2005 a 2011			R\$ 11.780.541,01

Fonte: Adaptado da revista Viva São Lourenço e de dados obtidos com a Secretaria de Gabinete (2011).

Tabela 05 - Demais Projetos e Obras votados pelo OP;

Demais Projetos em Andamento		
Apoio a ampliação de Sistemas de Drenagem Urbana - Obra valão	R\$	357.832,00
Centro de Comercialização Agricultura familiar e equipamentos - Região V	R\$	47.500,00
Construção quadra poliesportiva coberta - Região II	R\$	205.000,00
Pro – Infância Educação Infantil (Arthur Kraft) - Região IV	R\$	1.167.331,70
Construção CRAS Arthur Kraft - Região IV	R\$	132.000,00
Construção CACA – Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente – Medianeira- Região I	R\$	110.024,00
Estruturação da Agroindústria do Pescado	R\$	170.000,00
Quadra Poliesportiva coberta Escola Marina Vargas - Região IV	R\$	488.717,50
3ª Etapa de Asfaltamento da Avenida	R\$	504.396,00
Centro de Convivência do Idoso - Região IX	R\$	70.000,00
- Ampliação do programa RELUZ	R\$	300.000,00
Asema RS-265 - Região IV Votado em 2006	R\$	131.000,00
Total	R\$	3.683.801,20

Fonte: Adaptado da revista Viva São Lourenço e de dados obtidos com a Secretaria de Gabinete (2011).

De acordo com os dados acima, das tabelas 03 e 04, obtêm-se um demonstrativo dos investimentos realizados entre 2005 – 2011 através do OP. Pode-se ter uma base de valores investidos no município por meio da participação popular, através da parceria entre a Prefeitura Municipal e Governo Federal juntamente com os demais órgãos competentes. A Tabela 06 abaixo demonstra a média de investimentos dos principais Projetos e Obras entre 2005-2011:

Tabela 06 - Media de investimentos por região do OP.

Região	Valor	
REGIÃO I	R\$	371.146,57
REGIÃO II	R\$	2.240.963,32
REGIÃO III	R\$	985.960,00
REGIÃO IV	R\$	887.394,00
REGIÃO V	R\$	1.651.057,89
REGIÃO VI	R\$	1.278.250,00
REGIÃO VII	R\$	1.458.503,44
REGIÃO VIII	R\$	1.281.250,00
REGIÃO IX	R\$	413.223,79
REGIÃO X	R\$	204.000,00
DEMAIS PROJETOS EM ANDAMENTO	R\$	3.683.801,20
VOTADOS COMO PRIORIDADE EM TODAS AS REGIÕES	R\$	1.008.792,00
TOTAL	R\$	15.464.342,21

Fonte: Adaptado da revista Viva São Lourenço e dados obtidos com a Secretaria de Gabinete (2011).

Em valores, as quatro regiões que integram a zona rural do município (Regiões V, VI, VII e VIII), ultrapassam entre 2005 e 2011 um valor de investimento de R\$ 3.885.000,00 em infraestrutura rural, com recuperação de estradas, e na aquisição de maquinários. Outros R\$ 1.784.061,33 foram investidos em construção de postos de saúde, ampliação de escolas, construção de quadras para esportes e desenvolvimento econômico (Tabela 03).

As demais seis regiões que integram a zona urbana do município (Regiões I, II, III, IV, IX, X), já ultrapassam um total de investimentos no valor de R\$ 5.102.687,68 (Tabela 03) investidos em pavimentação, ampliação e construção de postos de saúde, ampliação de escolas, reforço e ampliação da iluminação pública, calçadão do centro, drenagem, construção de blocos, ASEMA, PELC, agroindústrias.

Com o debate dentro das reuniões do OP, um projeto foi votado como prioridade por todo o município, sendo ele o asfaltamento da avenida de acesso à cidade totalizando mais de R\$ 1.008.792,00 (Tabela 03) em investimentos.

Demais projetos ainda se encontram em andamento, para serem aprovados. Aqueles que ainda não houve a captação dos recursos para sua realização, totalizam R\$ 3.683.801,20 (Tabela 04).

Dentro do roteiro de entrevistas realizadas com conselheiros do OP e pessoas da população, as obras mais importantes do OP, foram destacadas pela maioria dos entrevistados os itens:

- Reformas dos postos de saúde;
- Reformas das escolas em geral;
- Construções das quadras poliesportivas;

Dentre os entrevistados em questão sobre alguma obra considerada desnecessária, não houve, pois todos encontraram nas obras em questão algum benefício para o município.

Percebe-se que a prática do OP constitui um longo processo, desde a decisão pela utilização dos recursos até a entrega das obras votadas para a comunidade. Apesar de longo, é um processo necessário para uma administração mais democrática e transparente fazendo com que a gestão municipal cresça não somente economicamente, mas também com um crescimento homogêneo em todas as regiões do município, dando mais qualidade de vida a população Lourençiana

6 AVALIAÇÃO DO OP EM SÃO LOURENÇO DO SUL

Após este estudo, obtém-se uma avaliação desta prática no município de São Lourenço do Sul. Este processo inicia com a escolha da comunidade nas assembleias e reuniões de bairro, sendo delimitados e organizados pela administração municipal e pelos conselheiros do COP, com as escolhas da população por bairro e o empenho para realização da gestão municipal, com o controle e a vistoria dos conselheiros do COP e por fim com o processo de entrega das obras e projetos à comunidade.

Analisando que os conselheiros do COP são na maioria os mesmos, desde o início desta prática no município, em 2005; e conseqüentemente, já vindos de movimentos comunitários de suas localidades como associações de moradores e entidades beneficentes, consegue-se perceber o empenho para melhorar sua região e a disponibilidade destas pessoas em trabalhar com a administração municipal em prol de toda a comunidade Lourençiana. Estes conselheiros são os responsáveis por acompanhar cada passo e se tornam os representantes da comunidade.

Na Figura 01 pode-se analisar o funcionamento do processo de escolha do OP, desde a mobilização da comunidade até a escolha dos temas por regiões. Na Figura 02 se obtém uma análise do processo de vistoria dos conselheiros do COP até a entrega das obras à comunidade.

Na Figura 01 percebe-se o processo de funcionamento do OP e como este processo torna-se oneroso, pois pela falta de modernização, o mesmo torna-se cansativo e demorado. Conseqüentemente a população não participa por considerá-lo longo e não apresentar uma cultura voltada para participação popular, pela falta de conhecimento de seus deveres e direitos.

No processo de acompanhamento das obras (Figura 02), percebe-se a falta da comunidade presente para vistoriar e cobrar da administração municipal, ficando este processo somente para os conselheiros. Através do roteiro de entrevistas, uma análise evidente é que a população escolhe seus conselheiros e depois não acompanha; resultando desta maneira desinformação em relação às obras construídas ou não e quais projetos foram adquiridos através das temáticas abordadas.

Figura 01 - Processo decisório OP Participação Popular

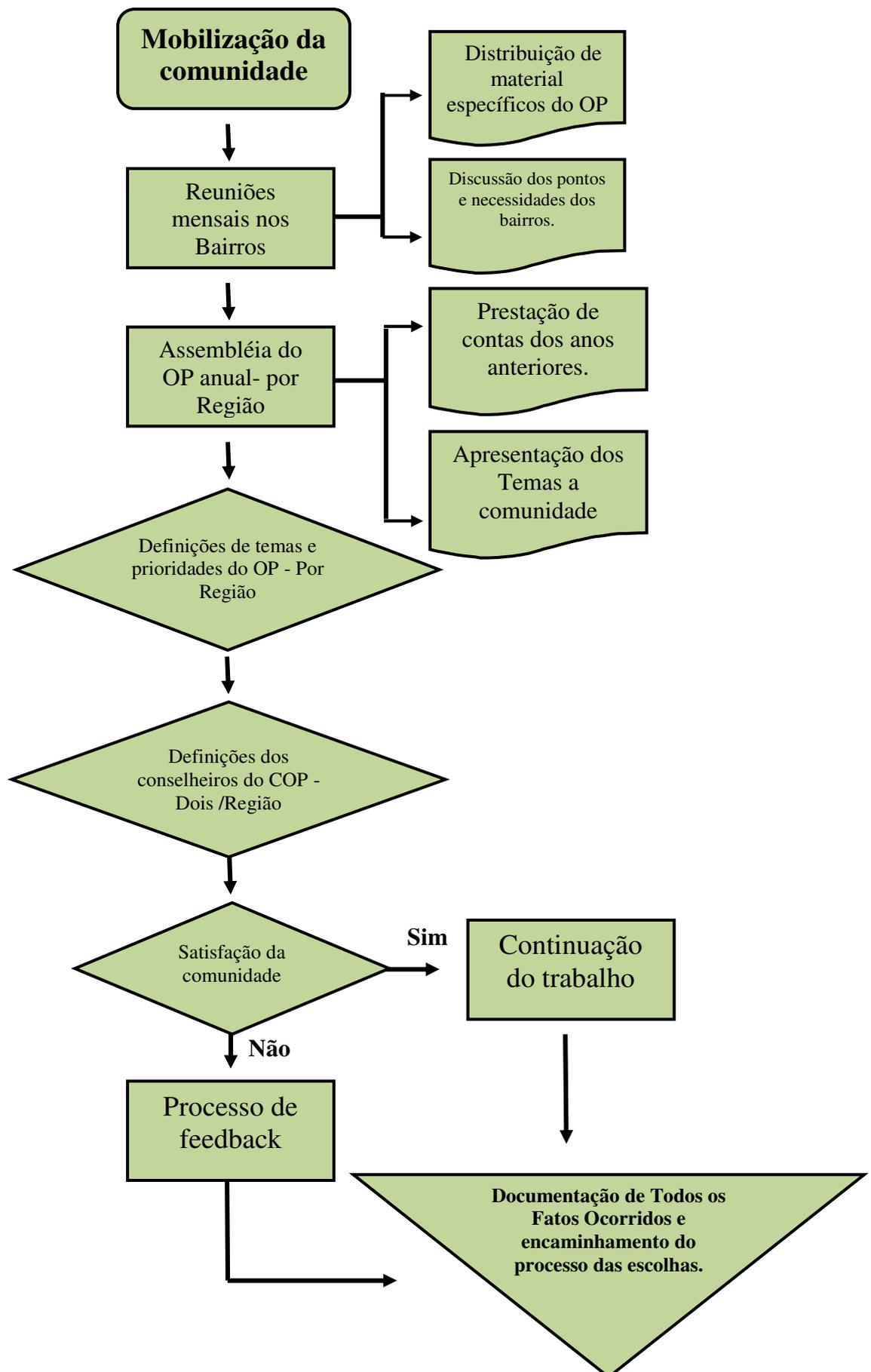
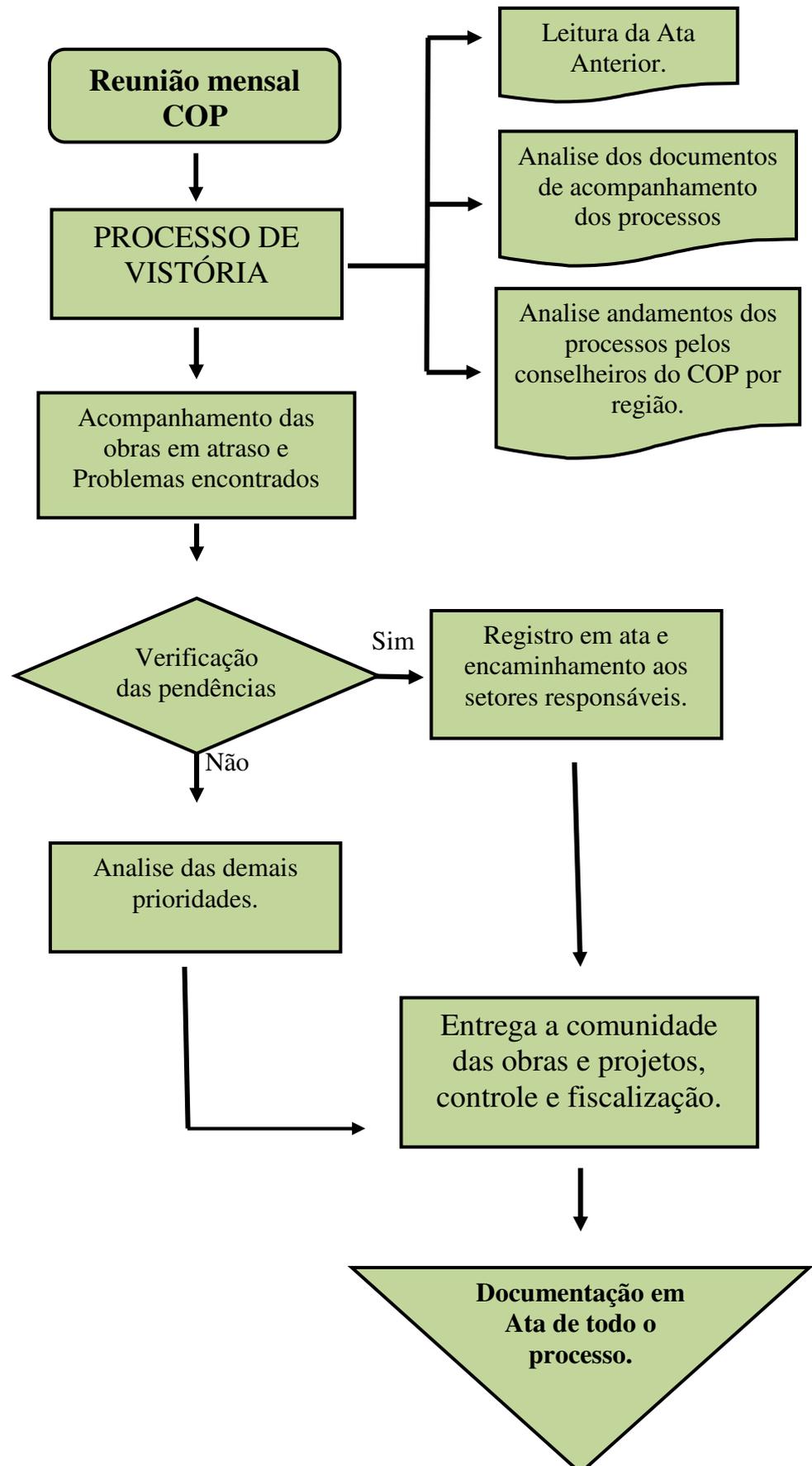


Figura 02 – Acompanhamento das Obras



6.1 PONTOS NEGATIVOS E PROBLEMAS ENCONTRADOS

Analisando-se a prática do OP em São Lourenço do Sul, pode-se constatar como pontos negativos e problemas encontrados:

- A comunidade não participa, como deveria, das assembleias. Mesmo havendo divulgação há falta de comprometimento da sociedade. Muitas pessoas das comunidades não vão votar e muitas que votam não vistoriam, ficando este papel somente para os conselheiros;

O índice de participação nas assembleias é em média de 80 pessoas por região, sendo que no último ano o OP teve um total de 1.000 pessoas participando de todo processo, sendo mais 100 conselheiros no total atuando em todas as etapas, conforme questionamento e reunião realizada com conselheiros e secretário do COP (COP, 2011). Com base nestas informações o número de participação chegam somente a 2,32% da população, ainda um percentual baixo para o município.

Outro ponto negativo é que a comunidade não participa por considerar o processo demorado e falta de tempo para participar destes. Falta interesse da população e conscientização da necessidade de que esta prática não se torne uma prática infelizmente de poucos que é com certeza o contrario de sua essência.

- Demora na conclusão de algumas obras;

A demora na conclusão de obras se deve ao fato de algumas destas serem por capitação de recursos Federais e assim sujeitas a: estudo de viabilidade, aprovação de projetos, captação de recursos e licitação. Tanto as obras realizadas com recursos próprios ou com recursos federais e parcerias, passam pelo processo licitatório de acordo com a lei de licitações 8666/1993 e devem cumprir seus prazos e recursos, sendo a empresa ganhadora aquela que oferecer o mesmo serviço com a mesma qualidade pelo menor preço.

Esta demora acaba por comprometer a visão que se tem do OP, pois a população tem uma visão que a demora para iniciar ou concluir uma obra é estritamente por culpa da administração.

Mas no Brasil ainda impera uma gestão burocrática no sistema público, dentro da legalidade cada passo deve ser cumprido, tanto no orçamento municipal, quanto no processo licitatório e registro nos documentos da administração municipal.

Sendo a administração burocrática e a necessidade de captação de recursos são os principais problemas do OP no município de São Lourenço do Sul.

Os conselheiros do COP na Ata de reunião (ANEXO C) relativo a este tema, cobram da administração municipal a demora de obras votadas no início da prática no município em 2006 que são:

- A construção do Posto de Saúde do Coqueiro votado em 2006 (Região VIII);
- Ampliação da Escola Sady Hammes votado em 2007 e 2008 (Região VIII);

Neste momento tais obras estão em fase de construção, mas na época da devida reunião não havia começado nem o processo de licitação. Estas obras estão sendo construídas com recursos próprios do município, em explicação a administração coloca que há uma determinada legalidade a ser regularizada, neste caso era a compra do terreno. Sendo que a compra já foi regularizada e as obras estão em andamento, mas por sua demora na conclusão ou pelo menos no início dela os conselheiros fizeram a devido encaminhamento de cobrança ao setor responsável.

Esta demora ocasiona o descrédito da população que espera que suas escolhas sejam o quanto antes realizadas. Assim através deste estudo chega-se a conclusão de que a população necessita de conscientização e maior participação nos processos do OP.

6.2 PONTOS POSITIVOS DO OP

Desde o ano de sua implementação, em 2005, até os dias atuais, o OP proporcionou ao município vários pontos positivos nos bairros e zona rural como: calçamento e reforma de estradas, reformas e construções de unidades básicas de saúde, reformas e construções de escolas de ensino fundamental e infantil. Com esta prática as associações de bairros e entidades comunitárias passaram a integrar a atual administração, com seus conselheiros e opinando para o crescimento do município.

Esta prática traz a integração da sociedade com a gestão municipal e sua importância deve ser reconhecida pela comunidade como uma forma de diálogo com a administração pública municipal, desenvolvendo o cidadão-conselheiro e ajudando no crescimento da região por igual e beneficiando toda a população.

Trazendo índices relevantes na conclusão das obras chegando a mais de 70% de realização dos temas votados e com uma expectativa de mais crescimento e desenvolvimento para o município.

Este índice relatado, através de dados coletados com a administração municipal e com os conselheiros do COP, mostra que esta prática trouxe melhoras para todos os bairros e zona rural do município; trazendo benfeitorias os postos de saúde de todas as Regiões e construção onde não havia, assim como para as creches e escolas municipais.

O município cresceu e desenvolveu-se com o passar dos sete anos do início do OP, sua evolução econômica depende não somente de boas práticas e sim de uma população que interaja com suas escolhas para que haja crescimento e qualidade de vida por igual e desenvolvimento homogêneo em todas as Regiões.

Como principais pontos positivos podemos citar:

- Aproximação com a população;
- Prestação de contas anuais a comunidade;
- Diversas melhorias em todos os bairros;
- Crescimento igualitário em todas as Regiões;

6.3 SUGESTÕES DE MELHORIAS PARA O OP

O OP é uma prática de inclusão social, de participação popular e de escolha da população do que é melhor para sua região e seu desenvolvimento. Com este conceito, e com o estudo realizado, há algumas considerações e contribuições para que esta prática seja aperfeiçoada e haja um crescimento do OP e uma disseminação entre toda a população.

O processo de participação da população lourençiana deve ser ampliado, através de uma campanha de conscientização da sociedade desde a integração em escolas, nos bairros e interior, para que a população veja a importância da participação popular para o crescimento do município

No processo de conscientização uma sugestão viável, como processo de informação, prestação de contas e acompanhamento das obras através do OP Virtual, uma página de web site conectada a página atual do município, contendo todas as informações de assembleias, datas de realização das mesmas, todas as informações por regiões.

No OP virtual as informações poderiam ser atualizadas mensalmente e no período das assembleias anuais, atualizadas diariamente, para que a população acompanhasse o processo decisório e o processo de andamento das obras e projetos escolhidos pela região, este OP virtual aconteceria para manter a sociedade informada dos benefícios e melhorias atingidas através desta prática, como prestação de contas do município, como método de conscientização e mobilização social, e filtro de problemas, poderia haver enquetes para a população opinar.

Como exemplo, uma cidade que já disponibiliza esta ferramenta é Porto Alegre contendo um site com todas as informações do OP e os acontecimentos diários, como exemplo deste processo pode-se visualizar os principais tópicos:

- Histórico;
- Como funciona;
- Regiões e temáticas;
- Estruturas;
- Calendários;
- Prioridades da cidade;
- Prestação de Contas;
- Memória Prioridades;
- OP do ano;

Fonte: Prefeitura de Porto Alegre/RS OP

Cada tópico deste leva o cidadão para uma página contendo todas as informações do referido assunto, sendo de fácil acesso; e uma ferramenta importante para conscientização e integração da comunidade.

Mesmo com o processo de divulgação (através de folhetos) no município de São Lourenço do Sul o OP precisa de mais mobilização nos bairros e interior, isso acontece pela força popular. Outra sugestão seria conscientização nas escolas mobilizando as crianças para que elas repassem estas informações para seus pais e assim cresçam com uma visão de cidadãos integrados com as escolhas do seu município e repassem a importância de uma participação democrática e cidadã.

Outro ponto necessário para o crescimento desta prática para São Lourenço do Sul é a agilidade nas assembleias realizadas, a modernização do processo do OP que hoje é efetuada de forma manual e seus registros e documentos estão defasados, tornando as votações demoradas e cansativas. A dificuldade é que cada assembleia acontece em varias localidades, mas a necessidade de modernização como urnas eletrônicas que facilitem o processo de votação e apuração dos votos e a modernização do processo.

Resumem em dois pontos centrais as sugestões para o aprimoramento do OP em São Lourenço do Sul: mobilização e agilidade nos processos são necessários para que esta prática seja cada vez mais respeitada e tenha ainda mais a devida importância para a sociedade e que o OP ajude São Lourenço do Sul a crescer e se desenvolver ainda mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O OP de São Lourenço do Sul foi criado em 2005 para complementar a Lei Orgânica (1990, p. 34) art. 128, por uma opção política da administração atual, trazendo para o município uma gestão mais democrática e participativa, incluindo a população nas escolhas da administração municipal.

Na pesquisa realizada obteve-se uma visão do funcionamento do OP, das obras e projetos realizados através desta prática, os problemas enfrentados pela administração municipal em concluir e abranger todo o município e da população em ter suas escolhas concluídas e sua satisfação.

Através da pesquisa documental e do roteiro de entrevistas proposto conclui-se que o OP trouxe muitas melhorias e sua média de obras e projetos concluídos chega a 72,09 %, sendo um índice considerável de realização.

A partir do que foi exposto verificou-se da importância do OP para o município, e que, deve ser mais explorado tanto pela administração municipal quanto pela população; para que a sociedade cada vez mais participe e escolha o melhor para seu bairro, sua cidade, seu bem estar, qualidade de vida e desenvolvimento econômico da cidade e interior. Fazendo com que esta cidade turística e de características coloniais cresça e se desenvolva gerando emprego e suprindo as necessidades hoje encontradas, e que esta prática não se perca e sim cresça para que a população possa sempre decidir e integrar as escolhas de investimentos para o município.

As limitações encontradas, por este estudo, foram de que não havia um levantamento nem um planejamento total das obras e projetos realizados através do OP, no período de 2005-2011. Como os dados coletados (projetos e obras) encontravam-se soltos, desorganizados; fez-se então necessário uma reorganização dos mesmos.

Ainda poderia ter sido realizado um levantamento de satisfação da população de forma mais abrangente, participando das assembleias do OP em todas as regiões. Por não estar na época destas acontecerem, este processo de estudos por regiões não pode ser realizado. Sugerindo para próximos estudos de viabilidade este processo de participação e entrevistas com uma gama maior da população por regiões, para constatar, por localidade mais problemas e sugestões de melhorias.

Os objetivos aqui expostos foram verificados e analisados através de dados coletados. Este estudo demonstrou que o OP é uma prática de gestão democrática e traz à população o direito de escolher e intervir na administração municipal, assim este estudo demonstrou a importância que mesmo com suas limitações, trouxe desenvolvimento para todas as localidades.

Demonstrando através destes objetivos expostos o OP no município de São Lourenço do Sul necessita de modernização e conscientização da população e estes somente serão alcançados com dedicação e empenho de toda a comunidade para que esta prática seja cada vez mais utilizada e ofereça mais segurança e crescimento a este município.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Luiz Antônio. **Gestão tributária** / Luiz Antônio Abrantes, Marco Aurélio Marques Ferreira. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010. 126p: il.

ATHAYDE, Públio. Historiador (UFOP) e cientista político (UFMG), professor titular da Faculdade de Ciências Humanas de Pará de Minas. **Democracia Jürgen Habermas**, disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/4494/direito-e-democracia-em-habermas>. Acessado em: 17 de novembro de 2011;

BERAS, Cesar. **Orçamento Participativo de Porto Alegre e a Democratização do Estado: A configuração específica do caso de Porto Alegre: 1989 – 2004**. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em Sociologia – UFRGS- Porto Alegre, 2008, pg.- 256.

BRAGA, Carlos Roberto Xavier. **Normatização e Legitimidade do Orçamento participativo: O estudo do caso do município de São Leopoldo**. Trabalho de conclusão do curso de Administração UFRGS, Porto Alegre, ano 2010, pag. 41.

BRASIL, Lei nº 8666/1993, Presidência da Republica , normas de Licitação.

CADERNO DE RESOLUÇÕES. **4º Congresso da Cidade**, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, novembro de 2003/61 pg.

CERQUEIRA, Katia Leão. Entre facticidade e validade: **A legitimação do direito à luz da razão comunicativa**. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8647. Acessado em: 17 de novembro de 2011;

CURY, Samia Vera. A participação comunitária no orçamento participativo: O caso do Bairro Rondônia de Novo Hamburgo – RS.

ENTREVISTA: realizada com Amilton Neutzling Secretario de Gabinete da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, em 13 de setembro de 2011.

ENTREVISTA: realizada com os conselheiros do Conselho do Orçamento Participativo (COP) de São Lourenço do Sul: Osmar Stern (Coordenador OP), Rosa Maria Fumagalli Neutzling (Região III), Guniberto Kojven (Região VIII), Milton Ferreira (Região IV), Carlos Fernando Seefeldt (Região VII), Wanderlei Scheneidr (Região VII), Eliane Goulart (Região III), Leni Thurow Karnopp (Região VII), Iloria Hinz (Região IX), em 16 de novembro de 2011.

FONTENELE, Alysson Maia. **Orçamento Público no Brasil**. Disponível em <<http://jus.com.br/revista/texto/3738/o-orcamento-publico-no-brasil>>. Acessado em: 12 de dezembro de 2011.

GLOBO NEWS. **Países árabes derrubam seus ditadores e buscam caminhos para a democracia**. Disponível em: <http://g1.globo.com/videos/globo-news/sem-fronteiras/v/paises-arabes-derrubam-seus-ditadores-e-buscam-caminhos-para-a-democracia/1677383/>. Acessado em 17 de novembro de 2011.

IBGE, **Crescimento Populacional das cidades Brasileiras Censo 2010**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766. Acessado em: 05 de dezembro de 2011;

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=431880>. Acessado em: 27 de novembro de 2011.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL, 29 de março de 1990, São Lourenço do Sul, p. 39,

MENDONÇA, Ricardo Rodrigues Silveira. **Processos administrativos** / Ricardo Rodrigues Silveira de Mendonça. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010. 90p. : il.

MALMEGRIN, Maria Leonídia. **Redes públicas de cooperação local** / Maria Leonídia Malmegrin. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010. 140 p.: Il

MOCELIN, Daniel Gustavo, sociólogo, doutor e mestre em Sociologia e bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade federal do Rio Grande do Sul, Fato Sociológico. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Disponível em <http://fatosociologico.blogspot.com/2010/06/peter-berger-e-thomas-lukmann-individuo.html>, acessado em 17 de novembro de 2011

NEGRI, Antonio. **Resenha de Bobbio: O futuro da democracia e Qual socialismo? Disponível em:** http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/3publ/90negri/index.html. Acessado em: 17 de novembro de 2011.

OP. Orçamento Participativo 2005, Plano de Investimentos e Serviços 2004. 16 anos Ligado na Vida da Cidade. Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS. 40 pg., 2004.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM PORTO ALEGRE. POA - RS. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/op/default.php?p_secao=1. Acessado em: 27 de novembro de 2011.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. Doutora em Comunicação pela Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo. **Direito a comunicação comunitária, participação popular e cidadania**, 2004, pag. 24. Disponível em <http://www.alaic.net/revistaalaic/index.php/alaic/article/viewFile/145/166> Acessado em 12 de dezembro de 2011.

PINHEIRO, Otilie Macedo. **Plano diretor e gestão urbana** / Otilie Macedo Pinheiro. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010. 130p. : il.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Presidência da Republica, site visitado em 06 de novembro de 2011: <http://www.portaltransparencia.gov.br/controlSocial/OrcamentoParticipativo.asp>

SALLES, Helena da Motta. **Gestão democrática e participativa** / Helena da Motta Salles. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010. 110p. : il.

SANTOS, Risonaldo Ferreira dos. **Orçamento participativo: uma análise dos fatores contributivos para a continuidade da experiência da cidade de Porto Alegre/RS**. Disponível em: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/0F729661562590D403256FDD00446313/\\$File/NT000A656A.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/0F729661562590D403256FDD00446313/$File/NT000A656A.pdf). Acessado em: 27 de novembro de 2011;

TONOLLIER, Odir Alberto. **Orçamento Participativo: Análise de uma experiência concreta.** Curso de Relações Fiscais Intragovernamentais. Porto Alegre, 1999.

VIVA SÃO LOURENÇO DO SUL, **Orçamento Participativo prestação de contas ano 2006,** edição n° 1/Ano n° 1/março 2006/12 pg., Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul/RS,

VIVA SÃO LOURENÇO DO SUL, **Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul. Edição n° 2, ano 2, Abril de 2007,** Comunicar Brasil (jornalista responsável: Charles Furtado Vilela – MTB 9780), p. 16.

VIVA SÃO LOURENÇO DO SUL, **Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul. Edição n° 4, ano 2009 - 2012,** Coordenação Angela R. Vargas – MTR 6432, P. 31.

ANEXOS**ANEXO A**

Logotipo OP



Fonte: Folheto explicativo OP, São Lourenço do Sul

ANEXO B

Cédulas Votação OP

TEMÁTICAS

Serviços e
Programas

CONSELHEIROS

Chapa

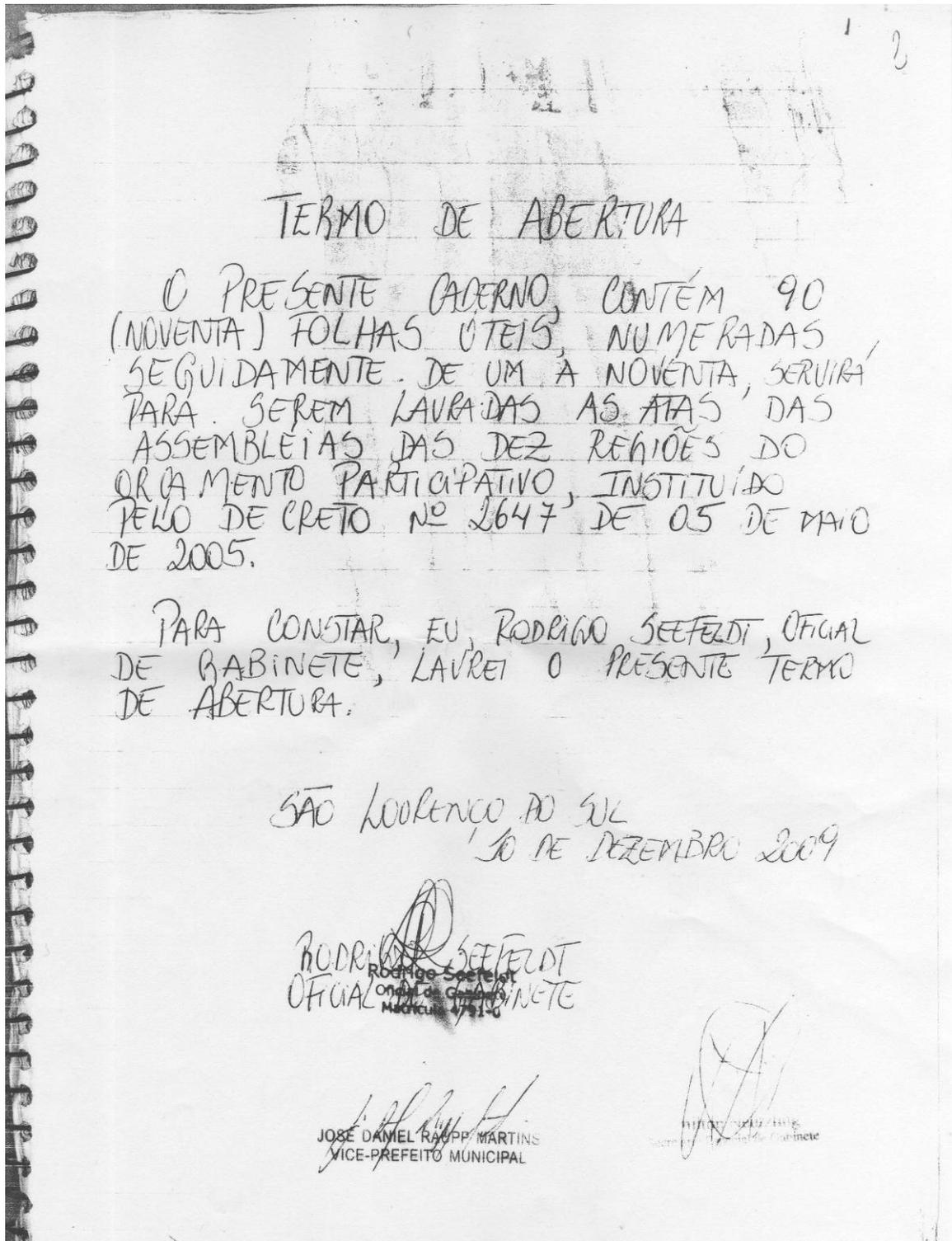
Conselheiro Regional

Fonte: Folheto explicativo OP, São Lourenço do Sul

ANEXO C

Ata de Assembléia das Reuniões do COP 2009 a 2011

Termo de Abertura



Fonte: Ata obtida com Secretário do COP Rodrigo Seefeldt;

Ata nº 163, Reunião de 18/03/2010

7

Ata nº 163 - Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e dez às dez e nove horas e trinta minutos na Com. Católica Nossa Senhora do Rosário em Prado Novo aconteceu a reunião do Documento Participativo referente a região VIII, presentes o Secretário Especial de Gabinete Amilton Plutziński e os demais Conselheiros da região. No primeiro momento Coordenador da região Sr. Amor Stern fez uma saudação a todos os presentes. Após foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. Coordenador ainda fala da reunião do CAPEC onde foi feita uma previsão das perdas na agricultura e as quedas na produção devido às chuvas dos últimos meses. Foi feito um convite a todos os presentes para que participem da reunião dia 25/03 às 19h na Comunidade Nossa Senhora do Rosário para a troca de Diretoria do Conselho de Saúde do Coqueiro. Com a palavra Sec. Especial de Gabinete explica porque não está sendo construído o Posto de Saúde do Coqueiro e a ampliação da Escola Sady Hammer, pois a área dos mesmos não está legalizada um nome do município, sendo assim fica inviável a captação de recursos, Secretário ainda fala que estão sendo tomadas as providências necessárias para legalizar a área, mas é demorado e que essas obras serão construídas com recursos próprios da Prefeitura Municipal. Secretário fala da questão da legalização das estradas que não estão sendo respeitadas causando danos a toda população que utiliza, constatando a lei 673 de 15 de dezembro de 1961 onde cria Código de Posturas do Município com a classificação das ruas públicas municipais, por este motivo será criado um folder de orientação e conscientização para os agricultores com fotos e as ruas referentes. Foram exibidos os investimentos com maquinários e recuperação de estradas

Assinaturas presentes na Ata nº 163, Reunião de 18/03/2010

Reunião Orçamento Participativo região I, Escola Mundo Novo 19 horas 10/03/2010.

Presenças

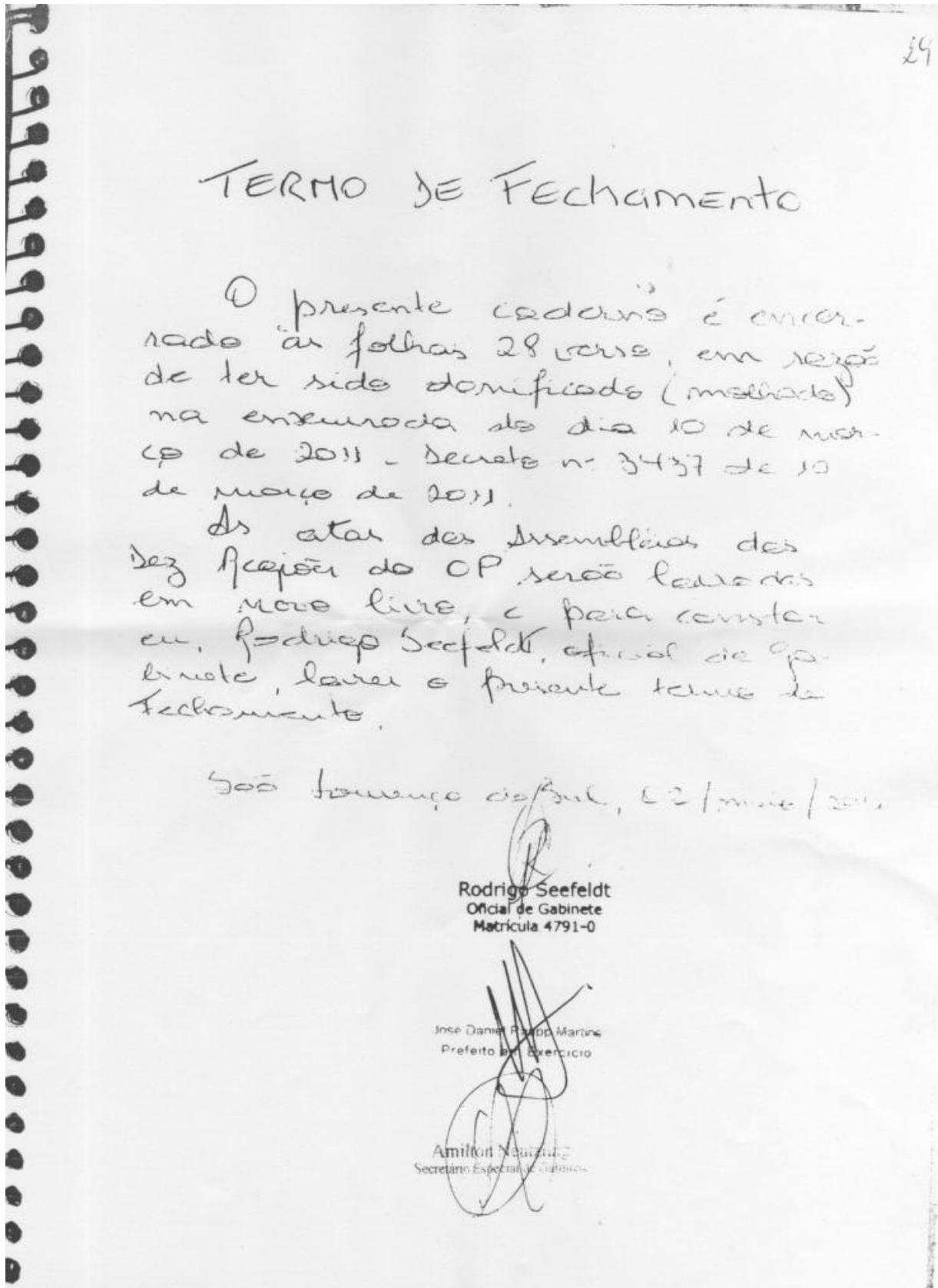
01. Yagete P. Vieira
02. [assinatura]
03. [assinatura]
04. Angélica Maria Dótilo
05. Arlindo dos Santos
06. Zairone da Rosa
07. Merle Eulherdo Bocelto
08. [assinatura]
09. FRANCISCO FAGUNDES
10. [assinatura]
11. Rômulo Soares [assinatura]

REUNIÃO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO REGIÃO VIII, COMUNIDADE DO ROSÁRIO EM TRADO NOVO, 19h e 30min. 18/03/10.

PRESENCAS

01. [assinatura]
02. Adina K. Sten
03. Carmen Kneip Krüger
04. Epi Glöz Kinkemann
05. Edlonde G. Finkmann
06. Maria Antonia R. Lopes
07. Zairone da Rosa
08. Ully Fialho
09. Dulce Mariza Fuchs
10. [assinatura]
11. Juniltono L. Silva
12. [assinatura]
13. [assinatura]
14. Rodrigo Seefeldt

Termo de Fechamento Ata 2009 a 2011



APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. Quais obras você considera como as mais importantes do OP?
2. Alguma obra que foi realizada através do OP você considera desnecessária?
3. Você sugeriria alguma obra que não foi votada no OP, mas você considera essencial para o município?
4. Como você avalia o tempo de conclusão das obras desde a escolha até sua entrega a comunidade? Faça uma breve análise.
5. Você acredita que os conselheiros apresentam alguma dificuldade em vistoriar e controlar as obras realizadas pela administração municipal? Caso afirmativo, quais seriam estas dificuldades?
6. Como a administração realiza a prestação de contas das obras executadas através do OP?

